



GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Folha 14

Rubrica 8

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA Nº 03/2022

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA
Publique-se, providencie-se o contrato.

Aquidabã/Se, 03 de Janeiro 2022.

Nivea Carla Pereira Nascimento
Nivea Carla Pereira Nascimento
Gestor Municipal de Assistência Social

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, vem, perante Vossa Excelência, apresentar a seguinte justificativa para locação de imóvel localizado a Av. Ministra Leonor Barreto Franco nº 168 neste Município, de propriedade da Sra. Maria Givaneide da Silva Bonfim, destinado a instalações do CRAS, estando o dispêndio global orçado em **RS 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)** por um período de **12 (doze) meses**, nos termos em que preconizado pelo Art. 24, X, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993,

CONSIDERANDO que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apesar de preconizar ser o certame a regra geral, em seu artigo 24 prevê hipóteses em que a realização de tal mister seria inconveniente e bastante dispendioso para a Administração Municipal, dispensando ou inexigindo a licitação;

CONSIDERANDO que uma das hipóteses de dispensa de licitação é a que se adequa ao presente caso, sendo prevista no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8666/93, que assim dispõe, ver bis:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

CONSIDERANDO, que esta locação é evidente no sentido de que o imóvel, objeto da locação, servirá para acomodar o CRAS, que não dispõe de prédio com espaço suficiente, de propriedade do município para servir-lhe;

Folha 15Rubrica [assinatura]

GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSIDERANDO, que a escolha do citado imóvel se dá em função de sua privilegiada localização, dimensão e qualidade da edificação, atributos dos quais derivam a impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de um outro imóvel, que não este selecionado;

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se em compatibilidade com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal e situa-se na média do mercado. Observando, ainda, que em que pese compatibilidade do valor proposto ao praticado no mercado, a Secretaria de Obras realizou a Avaliação do Imóvel, como podemos constatar através do Laudo de Avaliação anexo a este processo, estando o valor contratado abaixo do valor avaliado;

CONSIDERANDO, que com fulcro nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos a contratação instituiu o **PROCESSO DE DISPENSA**, encontra-se substancialmente justificado com espeque nas razões de fato e de direito em epígrafe;

Ante o exposto, submetemos a presente **JUSTIFICATIVA** à apreciação da Excelentíssima Senhora Gestora Municipal de Assistência Social do Município de Aquidabã/SE, para posterior celebração do contrato, tudo nos termos da Art. 26, do mesmo Diploma Legal já mencionado.

Aquidabã/SE, 03 de Janeiro 2022.

Luciana Aragoão Barbosa
LUCIANA ARAGÃO BARBOSA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL